

• Política

Mangels Sistemas
Consultoria, Sistemas e Serviço
Fone (011) 452 48 11

ALIANÇA DEMOCRÁTICA

Ulysses articula o apoio a Sarney para mudanças econômicas

por José Casado de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, que comanda o PMDB e preside a Constituinte, passou as últimas 24 horas empenhado numa delicada missão que recebeu do presidente José Sarney durante um encontro na noite de domingo, em Brasília.

Sarney chamou Ulysses ao Palácio da Alvorada, sua residência oficial, e pediu-lhe em caráter emergencial, uma base de apoio político ao governo — para além da Aliança Democrática — que lhe dê margem de manobra suficiente não apenas para mudar o curso da economia também, se necessário, promover um endurecimento nas negociações com os credores externos.

Ulysses, que no sábado já ouvira do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, um relato sobre a crítica situação das contas nacionais, deixou o Alvorada e começou a operar imediatamente: atravessou boa parte da madrugada de ontem, em sua casa, reunido com a cúpula do PMDB e à noite já eram visíveis os primeiros resultados concretos de sua manobra.

Havia, ontem, em Brasília, uma evidente mudança de tom no debate da política econômica: o foco ainda está sobre a retomada do processo inflacionário, mas líderes do PMDB e do PFL começaram a considerar como "inevitável" algum tipo de restrição à remessa de divisas para o exterior, nas próximas semanas, como consequência de uma postura emergencial na administração da dívida externa.

"Entendo que o governo vai esgotar todos os meios para evitar uma confrontação", disse Ulysses, acrescentando que prevê "uma conversa enérgica, uma conversa muito franca, muito direta" com os credores estrangeiros. Ainda ontem, segundo relata a editora Elaine Lerner, Funaro, admitiu a possibilidade de país vir a reduzir os pagamentos de juros da dívida.

A de suspensão do pagamento da dívida era abertamente discutida, ontem, por líderes do PMDB como Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Pimenta da Veiga, Henrique Santillo, Hélio Duque e até representantes da ala mais conservadora da Aliança Democrática, como o deputado José Lourenço, líder do PFL.

DEBATE COM FUNARO

O presidente Sarney, durante a tarde, chamou a seu gabinete o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), seu líder na Constituinte. Dali, Sant'Anna saiu afirmando ao repórter Edson Beú que vai hoje ao ministro Funaro pedir-lhe que ade qualquer decisão econômica, interna ou externa, até o começo da próxima semana, quando o ministro terá um encontro com a bancada do PMDB no Congresso.

O cronograma dos ajustes começa a ser definido. A extensão política das decisões será determinada nas próximas horas, com a conclusão das sondagens que Funaro está realizando junto aos credores externos em torno de um empréstimo emergencial ao Brasil.

Sant'Anna anuncia que ministros debaterão medidas com políticos

por Edson Beú de Brasília

O líder da maioria na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), após manter uma audiência de uma hora com o presidente José Sarney no final da tarde de ontem, disse que irá pedir hoje ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que não seja adotada nenhuma medida econômico-financeira antes de um prévio debate com a classe política, que ele pretende promover, possivelmente, entre os dias 24 ou 25 com o ministro e com as autoridades da Secretaria de Planejamento (Seplan).

O deputado explicou que "vários deputados estão verbalizando o anseio de que nada aconteça antes desse debate". Como líder da maioria, Carlos Sant'Anna salientou que a participação da bancada allancista é uma condição básica para que o PMDB, particularmente, possa assumir perante a opinião pública, a defesa das medidas que o governo tomará para tentar solucionar a crise. O parlamentar alertou sobre a necessidade de o governo utilizar-se de todos os mecanismos para poder enfrentar os problemas do País sem instabilidade política. A participação do partido, com o prévio conhecimento pelas lideranças das mudanças em elaboração, pelo que se depreende das palavras do deputado, é fundamental para que o governo não fique sozinho nessa luta contra a inflação, juros altos e outras distorções econômicas.

As "bandeiras" do PMDB

por Riomar Trindade de Brasília

Atrair o pagamento dos juros da dívida externa a um percentual do saldo da balança comercial, como forma de contornar as atuais dificuldades cambiais do País, foi uma das alternativas que estiveram presentes às reuniões realizadas pelas lideranças do PMDB, no último fim de semana, em Brasília. De acordo com o líder da maioria no Congresso Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (BA), além de uma negociação "mais dura" com os credores internacionais, uma saída seria fixar em 30% do superávit da balança comercial o patamar de remessas de divisas para saldar o serviço da dívida externa brasileira.

Carlos Sant'Anna afirmou também que "nem o PMDB nem o presidente José Sarney estão dispostos a aceitar uma política econômica que leve à recessão". Ponderou, porém, ser necessário "dosar" o crescimento da economia, fixando



Carlos Sant'Anna

como meta anual um nível de expansão entre cinco e sete por cento. "Sou político, minha especialidade é a política. Cabe aos economistas do partido esmiuçar a forma para viabilizar as sugestões que vêm sendo examinadas dentro do PMDB", disse.

Segundo Carlos Sant'Anna, outra "bandeira" que as lideranças do PMDB julgam indis-

pensável levar adiante "é uma enérgica política para derrubar as taxas de juro no mercado interno", de modo a permitir espaço para o crescimento do setor produtivo. Segundo ele, ao lançar as Letras do Banco Central no mercado para "fazer caixa", o próprio BC "deu retorno à criação financeira, que agora o partido quer acabar". O líder da maioria no Congresso Constituinte disse, ainda, que o partido defende uma "discussão política" na negociação da dívida externa. "Queremos negociar soberanamente com os banqueiros. Estamos dispostos a pagar, mas precisamos pagar menos porque enfrentamos dificuldades. A discussão política envolve uma redução dos 'spreads'", disse.

Carlos Sant'Anna afirmou também que um novo arrocho salarial não consta da agenda do PMDB, nem do governo da Nova República. "Nunca esteve no pensamento do governo e do PMDB promover um arrocho salarial, nem antes nem agora", enfatizou.

Preocupado com os sinais de desagregação da base de apoio parlamentar do presidente José Sarney, com consideráveis seqüelas no seu próprio partido, o PMDB, Sant'Anna alertou que somente com "uma decisão participativa" será possível evitar novas defecções da bancada nesse momento crítico.

Sant'Anna esclareceu que pretende antecipar pa-

ra o ministro Dilson Funaro e para os assessores de João Sayad os temas básicos do debate, que são os seguintes, a priori: juros, inflação, dívida externa, déficit público, política de preços e salários. A partir daí, os parlamentares receberiam um documento, definindo as intenções dos ministros para a solução desses problemas, que seriam discutidos com mais detalhes no dia do debate.

Hoje, o deputado baiano sal do perímetro allancista e começa um trabalho junto às lideranças dos pequenos partidos, para tentar compensar as perdas da Aliança Democrática. Nessas incursões, ele espera contar com a adesão do PTB, cuja bancada vem discutindo seu ingresso formal no bloco de apoio ao governo, que será definido até quinta-feira, segundo informou.

Governadores articulam apoio

por Zanoni Antunes de Brasília

Uma ampla articulação está sendo movida pelo governo, junto aos líderes de todos os partidos, para assegurar o respaldo político às novas medidas econômicas que estão em curso. Ontem, por exemplo, o governador eleito de Goiás, Henrique Santillo, levou ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, a proposta de reunir novamente os 22 governadores do partido para examinar as medidas exigidas pela crise econômica, bem como reforçar o apoio político ao presidente José Sarney.

Esse apoio ao presidente da República, de acordo com uma proposta de um outro governador, Alvaro Dias, do Paraná, passaria também por um manifesto a ser assinado por todos os novos governadores. No entanto, esse apoio, conforme o governador eleito por Goiás, Henrique Santillo, deve ser amplamente discutido "para que possamos procurar os caminhos adequados para o País". Segundo o novo governador de Goiás, o seu partido

está disposto a assumir o ônus das medidas econômicas que serão editadas, ainda neste mês, para debelar a crise econômica. "Precisamos saber as razões que levam a essas medidas e já que estamos dispostos a apoiá-las queremos conhecê-las previamente", afirmou.

Henrique Santillo, no entanto, admite que as medidas econômicas ainda estão em discussão e que, portanto, não poderia adiantar o seu teor. Igual postura teve o líder do Partido da Frente Liberal na câmara, deputado José Lourenço (BA), que garantiu não conhecer os porme-

nores do conjunto das medidas que virão a ser tomadas, mas acredita, conforme frisou, que "seremos consultados".

O novo líder do PMDB, deputado Luiz Henrique (SC), por sua vez, afirma que "nenhuma medida econômica sairá sem uma profunda integração no partido". Luiz Henrique disse também que não havia ainda nenhuma decisão a respeito, mas assegurou que não há consenso entre os economistas do PMDB por uma política recessiva. "Pelo contrário, a maioria é pela manutenção do crescimento econômico do País." Disse ainda que o

partido vai examinar a questão "através de seus postulados históricos" e concluiu: "Vai ser uma coisa negociada".

Já o deputado Hélio Duque, do PMDB do Paraná, afirma não ter mais dúvidas de que o País já está mergulhado num quadro recessivo "que pode aprofundar-se ainda mais". Para ele, o País está necessitando de uma "ação de estadista" e que a proposta de tabelar juros "é tese de secundarista em fase de grêmio estudantil" e arrematou: "O que o governo tem de fazer é governar e governar a si próprio".

Dívida, a questão principal

por Cecílio Pires de Brasília

O governo poderá suspender o pagamento da dívida externa como principal medida para uma intervenção na economia negociada com os partidos que formam a Aliança Democrática. Esta hipótese era claramente admitida ontem por algumas das

principais lideranças do PMDB ouvidas nos últimos dias pela equipe econômica. O que não havia ganhado consenso ainda, dentro do partido, era a forma como esta suspensão deveria ser conduzida pelo governo.

Para o senador Mário Covas, o partido está unido em torno da necessidade de se adotar uma posição mais rígida no tratamento da dívida. Mas defende que a suspensão "não deve surgir como fruto de uma decisão política, e sim como resultado de uma situação prática.

O deputado Pimenta da Veiga, ao contrário, afirma que, se o governo tomar essa decisão, ela deverá ter "caráter político e técnico. Esta sempre foi uma idéia defendida pelo PMDB".

Dentro do elenco de medidas que o governo vem preparando para intervir na economia, as lideranças do PMDB descartavam outras soluções de grande profundidade. "O governo não vai adotar medidas de

conteúdo cirúrgico. Não há condições de uma reforma em profundidade, como foi a do Cruzado", disse o senador Mário Covas. "Não vejo nenhuma necessidade de um choque na economia", concordou o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

A suspensão do pagamento da dívida externa, para a maioria das lideranças pemedebistas, viria no bojo de um conjunto de medidas para reequilibrar a economia, que incluiria o estabelecimento de juros diferenciados para os setores (como agricultura, por exemplo) e tabelamento dos "spreads" praticados pelos bancos. A hipótese de um novo congelamento de preços e salários é medida descartada.

Segundo uma fonte credenciada do Palácio do Planalto, o governo passaria agora de uma liberação de preços para um sistema administrado de preços e salários dentro de uma negociação política que reduza ao mínimo as perdas.